



Salud & Sociedad

E-ISSN: 0718-7475

editor@saludysociedad.cl

Universidad Católica del Norte

Chile

FERREIRA LIMA, ALUÍSIO; GONÇALVES FARIAS, MARIANA; WAGNER PLUTARCO,
LIA

A METAMORFOSE DA IDENTIDADE DE VÍTIMAS DE ESTUPRO

Salud & Sociedad, vol. 8, núm. 3, septiembre-diciembre, 2017, pp. 264-274

Universidad Católica del Norte

Antofagasta, Chile

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=439754607006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A METAMORFOSE DA IDENTIDADE DE VÍTIMAS DE ESTUPRO

THE METAMORPHOSIS OF RAPE VICTIM'S IDENTITY

Recibido: 20 de septiembre de 2017 | Aceptado: 30 de noviembre de 2017

DOI: 10.22199/S07187475.2017.0003.00006

ALUÍSIO FERREIRA LIMA ¹; MARIANA GONÇALVES FARIAS ¹; LIA WAGNER PLUTARCO ¹

¹. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza — CE, Brasil

RESUMO

Na atualidade, os crimes de estupro são responsáveis por estatísticas importantes, mesmo que os casos sejam subnotificados. Tem-se uma realidade em que as vítimas desta violência são, em sua maioria, culpabilizadas pelo estupro, por meio de variáveis como hábitos, vestimentas e comportamentos, como a roupa que estavam usando no momento em que o crime ocorreu, por exemplo. O objetivo desse artigo é apresentar alguns dos aspectos relacionados à produção identitária das vítimas de estupro, a fim de discutir os efeitos da culpabilização da vítima neste processo. Para tanto, foi utilizado o método teórico-interpretativo, cuja investigação realizou-se mediante a articulação entre a produção bibliográfica sobre o tema e a teoria da identidade metamorfose, desenvolvida no campo da Psicologia Social Crítica brasileira. Os resultados dessa articulação evidenciaram graves implicações psicológicas para a vítima decorrentes da culpabilização da violência sexual sofrida, resultantes das políticas de identidade de nossa sociedade. Concluiu-se que a teoria de identidade metamorfose pode contribuir para a análise crítica do tema, de modo a apresentar os efeitos da culpabilização das vítimas e as possibilidades de enfrentamento do estupro, por parte das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Social, identidade, violência sexual, estupro.

ABSTRACT

At present, rape crimes represent notorious statistical data, although in most cases these are not reported. When the victims of this violence are considered, they are usually blamed for the violence suffered, using habits, such as clothes and behavior, as justification for the act. The purpose of this article is to present aspects related to the identity production of rape victims, in order to discuss the effects of the victim's guilt in this process. In order to do so, we use the theoretical-interpretative method, whose research we carry out through the integration between the bibliographic production on the subject and the identity metamorphosis theory, developed in the field of Brazilian Critical Social Psychology. The results of this articulation highlight serious psychological implications for the victim, derived from blaming her for the sexual violence suffered; as a result of the identity policies of our society. We conclude that the identity metamorphosis theory can contribute to the critical analysis of the topic to present the effects of the victims' blaming and the possibilities of confronting rape, avoiding revictimization and making viable the emancipation of the victims.

KEY WORDS: Social psychology, identity, sexual violence, rape.

¹. Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza — CE, Brasil.
E-mail: aluisiolima@hotmail.com ; mariana_gfarias@hotmail.com ; liaplutarco@hotmail.com

Os crimes sexuais são atos desviantes que configuram uma ameaça física às pessoas e à segurança pública (Carreiro, 2012). Entre eles, o estupro surge como um processo psicossocial que resulta em contextos de vulnerabilidade, tanto psicológicos quanto sociais, com efeitos diferentes e devastadores (Gannon & Alleyne, 2012; Ley, 2015). Desse modo, a agressão sexual está relacionada a diversos traumas e efeitos negativos para as vítimas, dentre os quais se destacam o suicídio, o desenvolvimento de transtornos psicológicos e o abuso de álcool e drogas (Martin, Macy, & Young, 2011; Tsai et al., 2016).

Dados da Organização Mundial de Saúde (2014) estimam que 18% das mulheres e 7,6% dos homens foram abusados sexualmente quando crianças. No Brasil, no ano de 2014, dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP) apontam o registro de mais de 40 mil ocorrências de estupro. No entanto, é difícil estabelecer a precisão de tais estatísticas, visto que os crimes de ordem sexual são pouco denunciados, sendo estimado que apenas 10% a 20% dos casos são notificados (Scarpatti, Guerra, & Duarte, 2014). Com efeito, de acordo com a Pesquisa Nacional de Vitimização (Crisp, 2013), somente 7,5% das vítimas registram, em delegacias, o crime sexual sofrido.

A subnotificação desses casos possui estreita relação com alguns efeitos produzidos a partir da denúncia, por exemplo, a culpabilização da vítima pela ocorrência da agressão. Em termos gerais, a vítima teme que, ao reportar o caso, pessoas próximas e autoridades busquem contestá-la sobre a veracidade do ocorrido ou até responsabilizá-la (George & Martínez, 2002). Tal culpabilização tem estimulado o silêncio dessas vítimas, sendo comum para elas ouvirem de policiais e da família que estavam usando roupas curtas, andando sozinhas à noite ou que não deixaram claro que não desejavam o ato sexual, de forma que sentimentos como medo e vergonha desestimulam a denúncia (Varella, 2014).

Como visto nos exemplos acima, as vestimentas, as atitudes e os hábitos das vítimas configuram-se como variáveis que são ponderadas quando se trata de crimes sexuais. De fato, a literatura aponta que traços, comportamentos e estilo de vida das vítimas têm sido utilizados como justificativas para o crime e, conseqüentemente, como mecanismos de responsabilização da vítima pelo estupro (Van Der Bruggen & Grubb, 2014).

Na pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres” (IPEA, 2014), 58% dos entrevistados concordaram, total ou parcialmente, que se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros, e 26% concordaram que a mulher que usa roupas que mostram o corpo merece ser atacada. Nesse cenário, diversos mitos acerca do estupro também incentivam o preconceito e a exclusão das vítimas que sofrem violência sexual. Esses mitos de estupro podem ser definidos como um conjunto de crenças preconceituosas, estereotipadas ou falsas acerca desse tipo de crime, bem como de suas vítimas e agressores, como exemplo pode-se citar a noção de que acusações de estupro são frequentemente usadas como vingança (Scarpatti et al., 2014).

Dentro desse contexto, a teoria de identidade enquanto metamorfose, proposta por Ciampa (1987), se configura como um referencial teórico importante na análise do tema apresentado. Destarte, para Ciampa (1998), a crise psicológica é um momento em que as possibilidades de metamorfose da identidade tornam-se imperceptíveis ao indivíduo, e no qual existe a possibilidade em se assumir papéis, estereótipos e esquemas já elaborados ou reproduzidos pelo meio social. Desse modo, sendo o estupro um momento de crise psicológica, o processo de culpabilização social da vítima, que pode reproduzir uma identidade pressuposta dual e interferir de modo significativo tanto na superação do sofrimento físico e psicológico causado pela violência impetrada, quanto no

processo de metamorfose identitária da pessoa após o estupro.

Portanto, o presente artigo vem com a proposta de pensar aspectos associados à metamorfose identitária de vítimas de estupro, principalmente, no que tange ao processo de culpabilização. Para tanto, pretende-se fazer uma interlocução desse fenômeno e de suas possíveis consequências no processo de construção e reconstrução da identidade dos sujeitos, tendo como fundamentação teórica o conceito de identidade metamorfose de Ciampa (1998), atualizada por Lima (2010) e Lima e Ciampa (2012). A escolha de tal base teórica se dá pelo fato dela ter como pressuposto a análise das relações estabelecidas entre o indivíduo e o seu contexto social, colocando tais relações como elementos fundamentais no desenvolvimento contínuo da identidade. Diante disso, inicialmente, julga-se pertinente apresentar brevemente alguns aspectos teóricos.

A identidade como metamorfose

Visando atingir os objetivos propostos, esse primeiro tópico tem por intenção apresentar, de forma sucinta, o aparato teórico que irá subsidiar as discussões do tópico seguinte, que tempor ênfase a análise identitária das vítimas de estupro. Para tanto, à luz da teoria de Ciampa (1998), tem-se que a identidade é um processo por meio do qual a pessoa ao longo de sua vida vai se relacionando com os papéis que lhe são atribuídos e passa a produzir personagens para lidar com as constantes mudanças de acordo com a sociedade e com o recorte de tempo em que se encontra.

Nessa teoria, a identidade não é vista como algo fechado ou já posto e sim, como um processo, uma constante metamorfose. Essa perspectiva tem como intuito a superação de uma visão substancialista do conceito de identidade que costumava reduzi-la a uma questão psicológica, na qual o foco estava em analisar a capacidade de

um sujeito corresponder aos status sociais, ou seja, não como uma construção social. O conceito de metamorfose confere a possibilidade de compreensão de um sujeito não apenas submetido a ordem social, mas também como agente que carrega consigo a condição de movimento, que o permite criar diversos sentidos para si e para mundo. Para Ciampa (1998), as expectativas sociais e os desejos individuais anunciam diferentes leituras para as diferentes condições de existência dos sujeitos.

É importante ressaltar que o ser humano nasce imerso em uma sociedade que apresenta um conjunto amplo de normas e valores já determinados. Diante disso, a construção de sua identidade, nos momentos iniciais de vida, é influenciada pelo processo de socialização primária e secundária, ou seja, tanto pelo núcleo familiar quanto pelo nível das relações interpessoais e institucionais que transpõem o espaço familiar (Paulino-Pereira, Valuta, & Soares, 2012).

Para Ciampa (1987), esse processo, iniciado nos primeiros anos de vida, permanece ao longo da vida do ser humano. O autor define identidade como um movimento em que o indivíduo se relaciona com diversos papéis que lhe são atribuídos e produz personagens para sua interação, sendo perpassados pelo momento histórico e o tipo de sociedade a que pertence. A identidade, portanto, é o processo de “vir-a-ser-sujeito”, de passar a desempenhar o papel de protagonista, de sujeito ativo e agente de suas ações.

Assim, a principal singularidade do conceito de identidade de Ciampa é o caráter de constante transformação que o autor agrega ao termo, considerando a identidade, como uma identidade metamorfose. O sujeito vive um contínuo processo de transformação em que os personagens que desempenha vão sendo construídos e reconstruídos a partir de um movimento dialético entre o indivíduo, a sociedade e o

momento histórico (Pacheco & Ciampa, 2006).

A identidade se expressa a partir de várias personagens, isso significa admitir que é impossível viver sem personagens, na medida em que sempre nos apresentamos como representantes de nós mesmos frente a outros sujeitos. Essa concepção de identidade também nos faz admitir que quando nos apresentamos aos outros se torna impossível expressar nossa totalidade, ou seja, somente representamos uma “parte” do que somos, uma performance de si-mesmo relacionada a atividade que desenvolvemos ou somos convocados a desenvolver.

A partir disso, percebe-se que o processo de metamorfose implica, essencialmente, em produção de sentido e é, inevitavelmente, dependente de reconhecimento social. Assim, a questão também está em compreender como determinadas representações identitárias anunciam e exigem reconhecimento social (Lima, 2010), pois a identidade só faz sentido se compreendida também enquanto diferença articulada com outros sujeitos. Em outras palavras, não só o sujeito é por si-mesmo um produtor de sentido, mas a sociedade e a cultura também são elementos considerados mediadores na produção de sentidos que influenciam no campo individual.

Nesse sentido, a situação de crise psicológica, por sua vez, é destacada por Ciampa (1998) como um momento em que o indivíduo tende a não perceber as possibilidades de metamorfose, ou ainda, de criação de personagens, o que incorreria na representação de papéis, estereótipos e esquemas já elaborados ou impostos pelo meio social, de forma que sua metamorfose pode ser significativamente afetada. Pacheco e Ciampa (2006) sinalizam que “pode ocorrer a degradação quando um estigma, atribuído pelos outros e incorporado pelo sujeito, é eficiente deteriorando sua identidade com ações preconceituosas e

discriminatórias que o prejudicam de forma significativa” (p.165).

De fato, na teoria de Ciampa (1998), a imposição da impossibilidade de criar novos personagens se configura como uma impossibilidade de superar a crise na qual o indivíduo se encontra. E, tal situação pode levá-lo à mesmice, o que, por sua vez, pode levar o ser à morte simbólica ou biológica. A mesmice se trata de um processo em que a metamorfose é aparentemente estagnada, uma vez que a reposição de uma determinada personagem impede a dinâmica de articulação entre outras possibilidades de si-mesmo. Quando isso ocorre, a “personagem reposta é vista como dada permanentemente, como se aquele modo de agir – que é contingente e determinado por um contexto – fosse a manifestação de uma suposta essência do indivíduo, ou algo estrutural, ou inerente a ele” (Gonçalves Neto & Lima, 2011, p. 36), culminando naquilo que Ciampa denominou como fetichismo da personagem, no qual a identidade é pré-suposta como “dada” permanentemente e não como re-posição contínua de uma identidade que um dia foi posta. Para o sujeito, o processo identificatório é paralisado e o indivíduo se vê preso, repetindo um único papel que lhe foi imposto, de uma identidade pressuposta (Pacheco & Ciampa, 2006). No entanto, essa repetição do personagem também é caracterizada por um movimento de reposição contínuo da identidade pressuposta. Por exemplo, para Miranda (2014, p.129) na mesmice:

o ator passa a ser escravo do personagem em uma espécie de compulsão à repetição. A mesmice promove a tipificação dos indivíduos e estes passam a definir suas existências em função dos parâmetros convencionais da identidade, ou seja, os sujeitos são obstados de se apresentarem de forma distinta daquilo que é socialmente atribuído e ficam presos a uma representação pressuposta.

Contudo, deve-se admitir que existe sempre a possibilidade de criação de novos sentidos, de novos significados, inclusive, de sentidos positivos que transpõem o significado negativo e estereotipado determinado pela sociedade. Afinal, o sujeito é produto e produtor de sua história, ao mesmo tempo, em que é ator e autor de seus personagens. Dessa forma, compreende-se que o homem não só vive um papel, um personagem na sua vida, como também possui a potencialidade de criar novos personagens, constituindo caráter de metamorfose. Ainda sobre a *mesmice*, Miranda (2014, p.128) afirma que:

a antítese ou superação do processo (que concretiza a metamorfose) ocorre justamente na emergência da crise e contradição, na negação da permanência (identidade pressuposta) que eleva o indivíduo ao sentido de uma condição de sujeito, operando transformações em termos de atividade e consciência, de forma que possa lançar-se na direção de sua mesmidade.

Tem-se, portanto, que o sujeito se constrói por meio da mudança. Assim, as metamorfoses identitárias passam pelo abandono de representações do passado e pela manifestação de novos projetos de vida. Essa é a expressão de sua mesmidade, em que o indivíduo passa agir de um modo mais livre, mais criativo, emancipando-se das identidades impostas pela sociedade e construindo novas metas e desejos. A mesmidade é compreendida como autenticidade, é uma ação autorreflexiva e autodeterminada, é um “ser-para-si” e não um “ser-pelo-outro” (Pacheco & Ciampa, 2006).

Em suma, a metamorfose da identidade implica em um desenvolvimento integral do sujeito, em todas as suas dimensões: individual, social e histórica. Ela “manifesta-se a partir de uma pluralidade de personagens ou ela torna-se reduzida a uma personagem fetichizada, ainda assim é pela relação de reconhecimento que ela se

mantém estruturada” (Lima & Ciampa, 2012, p. 24). É o planejamento de um novo projeto de vida, é a expressão da vontade, da possibilidade e da potência do indivíduo que observa o passado, se insere no presente e almeja um futuro (Paulino-Pereira et al, 2012). Essa metamorfose, quando positiva para os sujeitos, pode proporcionar fragmentos de emancipação, ou seja, capacidade de superação e produção de novos sentidos, sendo também um movimento que busca a transformação das condições sociais e históricas aos que os sujeitos estão submetidos.

Considerando o aparato teórico apresentado, o próximo tópico busca fazer uma interlocução do fenômeno do estupro e de suas possíveis consequências no processo de construção e reconstrução das vítimas.

Análise identitária das vítimas de estupro

Tendo como base a perspectiva identitária de Ciampa (1998), é possível compreender a necessidade de se considerar o significado social do fenômeno do estupro no enfrentamento das vítimas e na sua metamorfose identitária após a violência sexual sofrida. Sobretudo, porque para Ciampa (1987), os indivíduos, por diversas vezes, são levados à *mesmice* a partir de situações que prejudicam o seu desenvolvimento, “a fim de preservar interesses estabelecidos, situações convenientes, interesses e conveniências que são, se radicalmente analisados, interesses e conveniências do capital.” (p. 165).

Dessa forma, a *mesmice* é possibilitada por meio da relação sujeito-sociedade, a partir da qual identidades pressupostas podem ser criadas e impostas aos sujeitos. E, nesse processo, segundo Lima (2010, p.170), “o indivíduo acaba por se colocar diante do outro de forma estigmatizada, a partir da representação, consciente ou não, de uma determinada personagem”,

estabelecida, em geral, por um imaginário social.

Afinal, o estupro configura-se como um fenômeno cercado por estereótipos (Scarpati et al., 2014) e esses estereótipos podem contribuir para a aceitação, justificativa ou tolerância da violência sexual contra os indivíduos. Existe um imaginário coletivo a ideia de que, em geral, “as mulheres mentem sobre o estupro” ou “que a mulher é obrigada a ter relações sexuais após um encontro amoroso” (Basow & Minieri, 2011), tais ideias produzem identidades pressupostas (Ciampa, 1998; Lima, 2010; Lima & Ciampa, 2012) que reforçam outras ideias que chegam ao ponto de sustentar que a existência de uma mulher-vítima-que-merece-a-agressão, como uma espécie de castigo pelos seus comportamentos ou estilo de vida anterior ao estupro.

Diante disso, Sudário, Almeida e Jorge (2005) atentam para a influência dos padrões culturais, das crenças e dos estigmas envolvidos na temática do estupro e nos modos de enfrentamento das vítimas à violência vivenciada. Esses autores realizaram um estudo com um grupo de cinco mulheres vítimas de estupro, as quais tiveram atendimentos em um hospital público de Fortaleza. Nos relatos, os sentimentos mais observados nas vítimas após o crime foram a culpa e o medo, mais especificamente, o medo de ter adquirido HIV, de reencontrar o estupro, de ficar sozinha e de, principalmente, contar aos familiares, ao companheiro ou as pessoas mais próximas o que havia acontecido.

Por sua vez, Silva (2007) aponta o medo, a desconfiança, o nojo em relação ao corpo e a vergonha como as principais emoções vivenciadas pelas vítimas a partir da agressão. No entanto, a culpa novamente surge como a emoção mais presente nos relatos. Com efeito, em um estudo mais recente, Borelli e Dias (2016) constataram em depoimentos feitos por vítimas de estupro, em uma página da internet, um

padrão semelhante que envolve a culpabilização e o silenciamento após a agressão. As autoras reforçam, ainda, que nos casos em que o estupro ocorre dentro do ambiente doméstico, ainda é mais notável a manutenção de um sigilo acerca do mesmo.

Como pode ser observado, o silenciamento e o sigilo estão associados aos sentimentos de medo e vergonha, em algo que fere a honra e a índole (Sousa, 2017). Em geral, tais sentimentos estão estreitamente ligados às concepções morais que envolvem as políticas de identidade direcionadas às mulheres e aos homens em nossa sociedade, nas quais, no caso das primeiras, a sexualidade é constantemente reprimida socialmente. Desde a infância, a descoberta sexual feminina é proibida, é vista como algo impróprio, não digno de uma mulher; e no caso dos segundos, por sua vez, é bastante motivada e reforçada enquanto um símbolo de masculinidade. Nessa direção, Souza (2017) afirma que a repressão sexual feminina, em contraposição ao incentivo sexual masculino representa como sexo é compreendido na sociedade brasileira e como o estupro será tratado na mesma sociedade. Esse processo influencia na concepção do estupro e da vítima, bem como do Estado e da sociedade em geral.

Além disso, Lima (2010) afirma, partindo do aporte teórico de Ciampa, que o desenvolvimento da identidade sofre uma influência determinante dos discursos técnico-psicológicos e, sobretudo, do discurso social. Nesse sentido, as políticas de identidade direcionadas às vítimas de estupro, articuladas com os discursos técnico-psicológicos, em última instância, também prejudicam as vítimas, pois como assinala Lima (2010), uma vez que as instituições acabam por fazerem uso das políticas de identidade convencionais, tendem a reproduzir formas de reconhecimentos que podem afetar negativamente as metamorfoses da identidade dos sujeitos e,

consequentemente, das vítimas. De fato, no estudo de Silva (2007), as mulheres apontaram que a polícia e o sistema judicial como um todo exerceram significados negativos no seu processo de superação. Além disso, em consonância com tais perspectivas, Borelli e Dias (2016) apresentam um relato em que a vítima afirma ter sido ignorada tanto por policiais como por pessoas que estavam perto do local, o que, segundo as autoras, aponta tanto para uma naturalização da violência contra a mulher, como para a inoperância da polícia diante de questões de estupro.

A discussão desenvolvida por Ciampa (1987) do fetichismo da identidade, que possui relação com a mesmice e que se aproxima, ainda mais da discussão dos impactos das concepções acerca do estupro e de sua propensão a proposição de políticas de identidade impostas às vítimas de estupro, as quais a partir de um processo de reposição constante podem, por sua vez, assumir a expressão de uma identidade mito. Em seu estudo, Silva (2007) observou no relato de mulheres vítimas de violência sexual que entre as principais dificuldades vivenciadas como resultados da experiência de agressão estão: a perda do sentimento de autonomia, o sentimento de ser uma “mulher diferente das demais” e uma frustração em relação aos seus projetos, visualizando uma impossibilidade de realizá-los.

Esse sentimento de ser uma “mulher diferente das demais” pode ser compreendido por meio dos papéis sociais (que expressam identidades pressupostas) que diferem as mulheres entre “mulheres para casar” e “mulheres desviadas”; entre “mulheres castas” e “mulheres sexualmente objetificadas” (Sousa, 2017). Assim, a imagem da mulher-vítima-de-estupro é apresentada pela sociedade a partir de uma política de identidade que expressa um conjunto de expectativas e características específicas que separam as mulheres que seguem um padrão tradicional daquelas que fogem desse enquadramento e que, por

conta disso, são julgadas, culpabilizadas, difamadas e excluídas.

Entre os efeitos desse fenômeno, a renúncia de novos projetos de vida pode caracterizar um processo de estagnação, paralisação e repetição (Silva, 2007). Desse modo, transformando o estupro em uma experiência na qual o sujeito pode ficar preso em uma repetição constante da personagem que foi forçadamente levada a representar (pessoa estuprada), levando-o a mesmice, ou ainda, ao aprisionamento a uma identidade fetichizada, que pode levar até a autodestruição. Conforme apontado por Ciampa (1998), para quem vive, a crise psicológica é um momento crítico em que o processo de metamorfose é bastante afetado e em que as chances da vítima assumir papéis estereotipados impostos pelo seu meio social são maiores.

De fato, Silva (2007) cita alguns comportamentos associados à experiência de abuso sexual como: tentativas de suicídio, isolamento, automedicação e ataques de pânico. Os resultantes da crise ou do trauma geram confusão na identidade das vítimas, que precisam conviver com as memórias da violência e com a recuperação das condições físicas, psicológicas e sociais após o fato.

Seguindo essa direção, mas tendo como foco outro objeto de estudo, Pacheco e Ciampa (2006) analisaram a construção identitária de indivíduos que sofreram a amputação de algum membro e mostraram que, em termos coletivos, o significado de ser amputado também perpassa por estereótipos, preconceitos e valores estigmatizantes. Os autores ponderam que tais sentidos sociais podem ser assimilados pelo sujeito, o qual também atribui à experiência uma identidade negativa.

Transpondo isso para qualquer acontecimento traumático ou inesperado na vida dos indivíduos, que são perpassados por inúmeras suposições, estigmas e pré-

conceitos sociais, podemos retornar novamente à questão do estupro. Percebe-se que a experiência do estupro pode afetar as vítimas, mudando o entendimento que elas têm si e da experiência a qual foram submetidas. Nesse caso, a identidade pressuposta pode ser de alguém merecedor de tal “castigo” ou de alguém que teve culpa pelo acontecimento.

Nesse sentido, como pôde ser percebido em relatos de vítimas de alguns estudos (Borelli & Dias, 2016; Silva, 2007; Sudário et al., 2005) percebe-se que o significado social atribuído ao fenômeno é um estereótipo negativo, o que torna ainda mais difícil para os sujeitos enfrentarem a realidade após a violência sexual. Diante disso, a degradação pode ser representada no caso do abuso sexual, quando a vítima assume o papel de culpada, de fraca, de vadia, de mentirosa, entre tantos outros, definidos pela sociedade, ou taxados à mulher vítima de violência sexual. Ou até o papel de “mulher recatada”, “mulher que se dá ao respeito” que a sociedade traz como uma possibilidade de evitar que o estupro volte acontecer (Sousa, 2017). Ou o extremo de se perceber como alguém sem papel, um sujeito sem personagem (uma vez que a inflexível identidade pressuposta de “mulher digna” imposta pela sociedade moralmente não se torna mais capaz de ser representada), que tem a morte ou o suicídio como única alternativa visualizada (Silva, 2007).

Entretanto, existem resistências a esse processo. No plano individual, mesmo diante do sofrimento pessoal resultante da experiência traumática e dessas políticas de identidade que dificultam superação, é preciso lembrar que a identidade “é resultante da articulação que o indivíduo faz com o que fizeram/fazem dele em todos os momentos (Lima, 2010, p.148)”. De fato, o estupro lança os sujeitos frente a um estado de contradição, em que os mesmos se percebem numa encruzilhada entre apenas reproduzir ou criar novos personagens. Nos

casos em que no processo de enfrentamento das vítimas, novas personagens e novos projetos identitários aparecem, inclusive, corroboram com um movimento emancipatório mais amplo que tensiona, inclusive, as políticas de identidade tradicionais.

O fato das mulheres decidirem expor e contar detalhes da violência sofrida em meios públicos, como na internet, pode mostrar um processo de ressignificação da dor e, conseqüentemente, de metamorfose identitária com sentido emancipatório. Além disso, o reforço de que o estupro é um crime e não um meio de subjugação feminina também pode ser o começo de uma mudança de perspectiva acerca da violência sofrida, como afirmam Borelli e Dias (2016). Sousa (2017) indica também que a criação de espaços nas mídias, sejam elas tradicionais ou digitais, nos quais o estupro seja tratado sem estereótipos e julgamentos direcionados a vítimas, podem ajudar na promoção de suporte para as mesmas.

Dessa forma, o que fica claro em nossa análise do estupro é que ele não deve ser focado como um fenômeno relacionado e reduzido apenas a vítima e ao agressor, mas, sobretudo, deve ser compreendido como um problema da sociedade como um todo. Não obstante, a superação pelas vítimas e as estratégias de transformação desse fenômeno, também se deve considerar as relações sociais envolvidas, visto que o modo como a sociedade representa a temática e as vítimas de abuso sexual são importantes elementos no processo de busca por emancipação e reconhecimento.

Em suma, não se deve perder de vista que o mundo é algo produzido pelo próprio homem, e por isso, também pode ser modificado, transformado pelo mesmo (Lima, 2010). Não há como determinar um a priori para as formas de vida, cada um deve construir sua própria narrativa, sua história única, em busca de uma existência

autônoma e de uma transformação ativa da sociedade.

Considerações finais

A concepção de identidade proposta por Ciampa avança na direção da construção de uma psicologia social crítica eminentemente brasileira. Nessa perspectiva, a identidade é construída a partir da relação do indivíduo com a sociedade, sendo necessário que a sociedade reflita sobre as possíveis identidades pressupostas que ela vem impondo aos seus membros. Acredita-se que o presente artigo contribui ao representar um passo inicial para a análise identitária de vítimas de estupro. Vale ressaltar que não se objetivou encerrar a discussão e as interlocuções possíveis, afinal, a interrogação sobre processo de emancipação individual e social deve ser contínua.

No entanto, a psicologia social crítica pauta-se eminentemente em uma práxis, logo, tais discussões precisam transpor as margens deste artigo, proporcionando uma ação política, já que essa é a motivação fim de qualquer produção nessa perspectiva. Diante disso, aponta-se como principal limitação do presente artigo a falta de um contato direto com vítimas de estupro, buscando ouvir suas narrativas acerca de suas metamorfoses identitárias após a violência sexual. Ao mesmo tempo, indica-se que estudos futuros possam buscar ouvi-las e explorar como esse processo ocorre a partir das reflexões propostas no presente artigo.

Além disso, posto que o ser humano constitui-se como um ser social, a sociedade desempenha um papel fundamental na construção e no desenvolvimento permanente das identidades individuais de seus membros. Ciampa (1998) afirma que o processo identitário emerge de uma coautoria entre o indivíduo e a sociedade. Logo, para que uma transformação identitária ocorra no nível individual é necessário que também haja um

reconhecimento social, ou seja, ela também deva ser acompanhada por uma transformação social. Do mesmo modo, mudanças no nível social criam condições para que os indivíduos também desenvolvam o seu conteúdo identitário. Trata-se, então, de um processo dialético que pode levar a transformação de si e do mundo.

É necessário o estudo de fatores dos estigmas, valores, crenças e mitos sociais do estupro difundidos dentro da temática da violência sexual, a fim de ampliar o suporte social dado às vítimas de violência sexual, aumentando as possibilidades de emancipação desses sujeitos. A discussão de estereótipos pode levar à desconstrução de diversos paradigmas sociais que criam identidades pressupostas repletas de conteúdos negativos.

Finalmente, o compartilhamento da experiência, o acolhimento de familiares e amigos, o atendimento das instituições de saúde e de justiça, podem contribuir para degradação ou emancipação da vítima diante do abuso sexual. Sendo assim, é preciso considerar que quando pensamos na emancipação do sofrimento de sujeitos vítimas de estupro significa, necessariamente, na análise da produção de sentidos para antigas e novas experiências, ou seja, inclui a ressignificação da violência vivenciada, a visualização de novos projetos de vida, a maior compreensão de si mesmo, do estupro, de seu cotidiano, das suas relações e da sociedade.

REFERÊNCIAS

- Basow, S. A., & Minieri, A. (2011). "You owe me": Effects of date cost, who pays, participant gender, and rape myth beliefs on perceptions of rape. *Journal of interpersonal violence*, 26(3), 479-97. doi: <https://doi.org/10.1177/0886260510363421>

- Borelli, V., & Dias, M. S. M. (2016). Narrativas privadas em espaços públicos digitais: relatos de estupro na página Projeto Fênix no Facebook. *Razón y Palabra*, 20(3), 1153-69. Recuperado de <http://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/798>
- Carreiro, A. A. G. (2012). *Perfil dos criminosos sexuais de um presídio do estado do Paraná*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Tuiti do Paraná, Curitiba, Brasil. Recuperado de <http://localhost:8080/tede/handle/tede/930>
- Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública [CRISP]. (2013). *Pesquisa Nacional de Vitimização*. Belo Horizonte, Crisp/UFMG. Recuperado de http://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Sumario_SEN_ASP_final.pdf
- Ciampa, A. C. (1998). Identidade humana como metamorfose: a questão da família e do trabalho e a crise de sentido no mundo moderno. *Interações: estudos e pesquisa em psicologia*, 3(6), 87-101.
- Ciampa, A.C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense.
- Gannon, T. A., & Alleyne, E. K. A. (2012). Female sexual abusers' cognition: a systematic review. *Trauma, Violence & Abuse*, 14(1), 67-79. doi: <https://doi.org/10.1177/1524838012462245>
- George, W. H., & Martínez, L. J. (2002). Victim blaming in rape: effects of victim and perpetrator race, type of rape, and participant racism. *Psychology of Women Quarterly*, 26(2), 110-9. doi: <https://doi.org/10.1111/1471-6402.00049>
- Gonçalves Neto, J. U., & Lima, A. F. (2011). A história de Maria, uma jovem que se tornou uma cuidadora-que-fala-confronta-e-esclarece: uma análise do processo de metamorfose na perspectiva da Psicologia Social. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 3, 30-51. Recuperado de <http://www.redalyc.org/html/4758/475847405003/>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2014). *Tolerância social à violência contra as mulheres*. Acesso em 20 de outubro de 2017. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971&catid=10&Itemid=9
- Ley, A. (2015). *Does gender injustice exist following the recommendation of the Corston report (2007)?: a study of the vulnerabilities of domestic abuse, sexual abuse, rape and poverty*. (Dissertação de Mestrado). Faculty of Humanities and Social Sciences, University of Portsmouth. Recuperado de
- Lima, A. F. (2010). *Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica*. São Paulo: FAPESP EDUC.
- Lima, A. F. & Ciampa, A. C. (2012). Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In A. F., Lima (Org.). *Psicologia Social Crítica: Paradoxes do Contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina. p. 11-29.
- Martin, S. L., Macy, R. J., & Young, S. K. (2011). Health and economic consequences of sexual violence. In White, J. W., Koss, M. P., Kazdin, A. E. (Ed). *Violence against women and children*. (pp. 173-95). Washington, DC, US: American Psychological Association.
- Miranda, S. F. (2014). Identidade sob a perspectiva da psicologia social crítica: revisitando os caminhos da edificação de uma teoria. *Revista de Psicologia*, 5(2), 124-37. Recuperado de <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/17879>

- Organização Mundial de Saúde [OMS]. (2014). *Global status report on violence prevention*. Genebra: OMS.
- Pacheco, K. M. B., & Ciampa, A. C. (2006). O processo de metamorfose na identidade da pessoa com amputação. *Acta Fisiátrica*, 13(3), 163-7. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/102746>
- Paulino-Pereira, F. C., Valuta, P. M., & Soares, S. R. (2012). Identidade e sobrevivência do suicídio com fogo. *Perspectivas em Psicologia*, 16(1), 173-89. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/27555>
- Scarpati, A. S., Guerra, V. M., & Duarte, C. N. B. (2014). Adaptação da Escala de Aceitação dos Mitos de Estupro: evidências de validade. *Avaliação Psicológica*, 13(1), 57-65. Recuperado de <http://www.redalyc.org/html/3350/335030683008/>
- Silva, G. D. S. (2007). *Reconstruindo o cotidiano: ruptura e normalização na trajetória de vítimas de violência sexual*. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Recuperado de <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19821>
- Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública [SINESP]. (2014). *Estatísticas Criminais*. Recuperado de <http://sinesp.mj.gov.br/sinesp>
- Sousa, R. F. (2017). *Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres*. *Estudos Feministas*, 25(1), 9-29. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>
- Sudário, S., Almeida, P. C., Jorge, M. S. B. (2005). Mulheres vítimas de estupro: contexto e enfrentamento dessa realidade. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 73-9. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a12v17n3>
- Tsai, A. C., Wolfe, W. R., Kumbakumba, E., Kawuma, A., Hunt, P. W., Martin, ... Weiser, S. D. (2016). Prospective study of the mental health consequences of sexual violence among women living with HIV in rural Uganda. *Journal of interpersonal violence*, 31(8), 1531-53. doi: <https://doi.org/10.1177/0886260514567966>
- Van Der Bruggen, M., Grubb, A. (2014). A review of the literature relating to rape victim blaming: an analysis of the impact of observer and victim characteristics on attribution of blame in rape cases. *Aggression and violent behavior*, 19(5), 523-31. doi: <https://doi.org/10.1016/j.avb.2014.07.008>
- Varella, M. F. (2014). *A cultura do estupro*. Recuperado de <https://drauziovarella.com.br/para-as-mulheres/a-cultura-do-estupro/>